



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

FILIPE NASCIMENTO FERREIRA DA SILVA

**NATUREZA, TOPOFILIA E EDUCAÇÃO: O PAPEL TRANSFORMADOR DOS
PARQUES URBANOS E ESPAÇOS VERDES NO RECIFE**

RECIFE

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Filipe Nascimento Ferreira da Silva

**NATUREZA, TOPOFILIA E EDUCAÇÃO: O PAPEL TRANSFORMADOR DOS
PARQUES URBANOS E ESPAÇOS VERDES NO RECIFE**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador(a): Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura De Castilho

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Filipe Nascimento Ferreira da.
NATUREZA, TOPOFILIA E EDUCAÇÃO: O PAPEL TRANSFORMADOR
DOS PARQUES URBANOS E ESPAÇOS VERDES NO RECIFE / Filipe
Nascimento Ferreira da Silva. - Recife, 2024.

60 p. : il., tab.

Orientador(a): Cláudio Jorge de Moura Castilho
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia -
Licenciatura, 2024.

1. Educação ambiental. 2. Justiça social. 3. Cidadania. 4. Transformação
social. I. Castilho, Cláudio Jorge de Moura. (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

FILIPE NASCIMENTO FERREIRA DA SILVA

**NATUREZA, TOPOFILIA E EDUCAÇÃO: O PAPEL TRANSFORMADOR DOS
PARQUES URBANOS E ESPAÇOS VERDES NO RECIFE**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Aprovado em: 19/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Cecília Araújo de Queiroz (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Bruno Augusto Nogueira Monteiro Pontes (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os sonhadores que ousaram sonhar e, assim, desafiar um sistema que ceifas nossos sonhos todos os dias. Para aqueles que mesmo dignos não puderam concluir seus sonhos, mas que permanecem como referência para aqueles que continuam lutando para que todos possam ocupar espaços que nos foram e são negados.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho surge a partir da minha formação enquanto professor e geógrafo que sente os efeitos das desigualdades sociais e ambientais em uma cidade marcada significativamente pela luta das populações de morro ou de territórios em condições de vulnerabilidade social e ambiental pela democratização do acesso digno ao espaço urbano. Essa inquietação se deu pelo contato com professores que têm no seu ofício a vontade de tornar o espaço um lugar digno de morar, onde todos possam usufruir de equipamentos e espaços que foram negados ao longo da formação territorial da própria cidade. Por isso, gostaria de agradecer às professoras Ana Karina, Ana Cristina e Edvânia Torres pelo aprendizado e, em especial, ao meu orientador Cláudio Jorge de Moura Castilho, que me ensinou que na vida nós só conseguimos conquistar e manter direitos com luta e que devemos utilizar o nosso papel de destaque na sociedade como força para aqueles que ainda não conseguiram chegar e por isso não possuem a mesma voz de reivindicação para lutar em prol da coletividade.

Gostaria de agradecer aos meus pais Viviane Cristina Alves do Nascimento, Severino Ferreira da Silva e à minha avó, Miriam Alves do Nascimento, que mesmo sem terem formação superior, não por não serem dignos, mas pela necessidade do trabalho, sempre me apoiaram com tanto amor e me formaram enquanto pessoa. Também agradeço a Wavyson, Estevão, Gisely e Jesse, meus inspiradores, autênticos e batalhadores amigos que compartilharam comigo alegrias, tristezas e conquistas nessa longa caminhada acadêmica. Aos meus amigos que me acolheram nessa trajetória: Ester, Heitor, Ruan, Isa, Julia, Henrique (Kikinha), Alexandre e Gabriel (Dona), João Lucas, Vitória e Benjamin. À Propeq e ao CNPq que me possibilitaram desenvolver um projeto de iniciação científica acerca do uso e ocupação no parque urbano da Macaxeira, projeto que me deu base para escrever este trabalho. A PROGEPE, que por meio da bolsa Promulti me possibilitou a permanência na universidade e aos queridos incríveis profissionais e colegas de trabalho Árina, Natalia, Mauro, Sebastião, Rafaela, Chayenne, Guida e Karla que me acolheram muito bem no Niate CFCH, local em que estagiei por dois anos. Aos membros do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) que me proporcionaram um espaço rico de aprendizado.

Epígrafe

“O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro”

(Freire, 2002, p. 22)

RESUMO

A educação ambiental ganha força como uma ferramenta indispensável para a promoção da justiça social e a conscientização crítica acerca das desigualdades socioeconômicas e ambientais fortemente relacionadas ao espaço geográfico. Este trabalho analisa como os espaços verdes, sobretudo os parques urbanos, podem ser utilizados tanto como equipamentos de valorização das áreas do seu entorno, instalados pelo mercado imobiliário para aumentar o valor do solo, como também espaços educativos que potencializam a emancipação política e social das populações em condições de vulnerabilidade socioambiental. A pesquisa, de abordagem qualitativa e quantitativa, considerou a relação entre os habitantes da cidade com esses espaços, evidenciando como os espaços verdes podem auxiliar na reivindicação de direitos e na participação ativa na transformação de suas realidades quando associados a uma educação libertadora. Os resultados apontam que a educação, quando contextualizada com a realidade do indivíduo, fortalece a formação de uma cidadania ativa, capaz de enfrentar desafios socioambientais que cercam rotineiramente as comunidades distantes dos centros de interesse do mercado imobiliário.

Palavras-chave: educação ambiental; justiça social; cidadania; transformação social.

ABSTRACT

Environmental education is gaining strength as an indispensable tool for promoting social justice and raising critical awareness of the socio-economic and environmental inequalities that are strongly related to geographical space. This work analyzes how urban parks and green spaces can be used both as a means of enhancing the value of the surrounding areas, installed by the economic market to increase land value, and as an educational space that enhances the political and social emancipation of populations in conditions of socio-environmental vulnerability. The research, which took a qualitative and quantitative approach, considered the relationship between the city's inhabitants and these spaces, highlighting how parks and green spaces can help them claim their rights and actively participate in transforming their realities when associated with liberating education. The results show that education, when contextualized with the individual's reality, strengthens the formation of an active citizenship, capable of facing the socio-environmental challenges that routinely surround communities far from the centers of interest of the economic market.

Keywords: environmental education; social justice; citizenship; social transformation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe.....	20
Figura 2 - Habitações de mocambos registradas como cartão postal.....	21
Figura 3- vista aérea do condomínio Reserva Apipucos anunciado por sites de vendas de imóveis.....	27
Figura 4 - imagem aérea do parque das Graças e do seu entorno.....	28
Figura 5 - matéria de jornal independente evidenciando a controvérsia na permanência e retirada do mangue.....	29
Figura 6 - Localização georreferenciada do Parque Urbano da Macaxeira e do seu entorno.....	32
Figura 7 - planta geral do Parque Urbano da Macaxeira.....	33
Figura 8- matéria do Diario de Pernambuco evidenciando o descaso da gestão público com o parque.....	33
Figura 9 - levantamento do perfil socioeconômico dos frequentadores do Parque Urbano da Macaxeira.....	34
Figura 10 - sugestão dos usuários sobre a manutenção, segurança e infraestrutura do PUM.....	35
Figura 11 - sugestão dos usuários sobre a manutenção, segurança e infraestrutura do PUM.....	36
Figura 12- imagem aérea mostrando o antes e depois da requalificação da área na qual se encontra o Jardim Secreto.....	38
Figura 13- espaço do Jardim Secreto.....	39
Figura 14- espaço do Jardim do poço.....	40
Figura 15- algumas perguntas do questionário simples.....	42
Figura 16- gráfico sobre aspectos de memória, afetividade e conservação ambiental.....	43

LISTA DE ABREVIACOES

ICS	INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS
CONAMA	CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
PUM	PARQUE URBANO DA MACAXEIRA
PIBIC. CIENTÍFICA	PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO
ODS	OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MSEU	GRUPO MOVIMENTO SOCIAIS E ESPAÇO URBANO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS	14
1.1.1 Objetivo Geral	14
1.1.2 Objetivos Específicos	14
2. METODOLOGIA	16
3. INFLUÊNCIA DA NATUREZA NA FORMAÇÃO DA CIDADE DO RECIFE: ESTÉTICA , SUSTENTABILIDADE, AFETIVIDADE E PARQUES URBANOS	18
3.1. APREENSÃO DA NATUREZA DAS MARGENS DO RIO CAPIBARIBE NA FORMAÇÃO URBANA DO RECIFE	19
3.2 A NATUREZA ESTÉTICA E A IMPLEMENTAÇÃO DOS PARQUES PÚBLICOS	22
3.3 A NATUREZA SUSTENTÁVEL E O ESPAÇO DE VALORIZAÇÃO DOS PARQUES URBANOS NO RECIFE	25
3.4 A NATUREZA E O ESPAÇO AFETIVO DOS PARQUES URBANOS E ESPAÇOS VERDES NO RECIFE	30
4. EDUCAÇÃO E JUSTIÇA AMBIENTAL: O PAPEL TRANSFORMADOR DOS PARQUES URBANOS E ESPAÇOS VERDES	46
4.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTAS PARA EMANCIPAÇÃO	48
4.2 O PAPEL DOS PARQUES URBANOS E ESPAÇOS VERDES NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA ATIVA	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
6. REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

A cidade do Recife, com sua vasta diversidade cultural e ambiental, enfrenta desafios profundos relacionados à concretização da justiça social e do acesso equitativo a espaços verdes. A educação, um fator central para a emancipação e a consolidação da cidadania, tem sido alvo de disputas históricas ideológicas que perpetuam os interesses de uma elite hegemônica, contribuindo para a mercantilização do processo educacional e a manutenção das desigualdades sociais. Nesse contexto, a construção e manutenção de parques urbanos e de outros espaços verdes se torna uma questão crucial, não apenas para promover o bem-estar social, mas também como um campo de luta pela justiça ambiental. Embora os parques sejam frequentemente vistos como alternativas para melhorar a qualidade de vida nas comunidades, sua implementação muitas vezes também reflete interesses do mercado imobiliário, resultando em exclusão e marginalização das populações vulneráveis que precisam se deslocar para acessar esses espaços.

A noção de sustentabilidade emerge como um conceito que exige a inter-relação entre justiça social, qualidade de vida e equilíbrio ambiental. Dessa forma, a presença de espaços verdes como o Parque da Macaxeira e o Jardim Secreto podem democratizar o acesso à cidade e fortalecer a convivência harmônica entre natureza e sociedade, criando laços de afetividade. No entanto, a falta de políticas públicas que garantam o uso efetivo desses espaços, quando eles estão localizados em áreas mais próximas à periferia, e o cuidado para evitar a degradação dos equipamentos públicos revelam o descaso do poder público em relação às comunidades que dependem deles, como no caso do parque da Macaxeira, marcado pela negligência pública. Sendo assim, a educação política emancipatória surge como uma ferramenta poderosa nesse cenário, permitindo que os indivíduos compreendam as estruturas sociais e as disparidades que afetam suas vidas, promovendo um sentimento de luta pelo bem-estar social coletivo e garantindo a efetivação do ser cidadão.

Esses espaços verdes podem funcionar como verdadeiros espaços de garantia de justiça ambiental, onde a educação se transforma em um processo de empoderamento. Atividades que conectam os cidadãos ao seu entorno, como mutirões de limpeza e plantios comunitários, não apenas promovem a preservação ambiental, mas também fomentam a solidariedade,

colaboração e o sentimento de pertencimento. Dessa forma, a educação vinculada à justiça ambiental não se limita à sala de aula, devendo se estender a toda a sociedade, promovendo campanhas e debates que engajem todos os setores interessados em um processo de transformação social.

Nesse sentido, ao resgatar a memória coletiva no sentido de fortalecer a identidade comunitária, a relação entre natureza e urbanismo deve ser entendida como uma oportunidade de construir um espaço urbano mais justo e inclusivo. A luta, em outras palavras, por uma cidade efetivamente sustentável passa pela valorização da natureza como um Bem Comum promovendo práticas educativas que reconheçam a importância da afetividade e do pertencimento nas vivências urbanas. Ao integrar educação, meio ambiente e cidadania, os parques urbanos e espaços verdes se afirmam como protagonistas na formação de cidadãos/ãs críticos/as e engajados/as, prontos/as para trabalhar ativamente por um futuro mais justo e sustentável.

Para este trabalho utilizamos a definição de espaços verdes, segundo o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), para o qual, por meio do Art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006, áreas ou espaços verdes constituem “o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização”. Diante disso, compreendemos os parques urbanos como espaços verdes urbanos, porém a distinção entre “parques urbanos e espaços verdes”, considerada neste trabalho de conclusão de curso, ocorreu, principalmente, pela inserção de outro tipo de espaço verde como o Jardim Secreto.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar em que medida os espaços verdes vêm sendo utilizados como equipamentos de valorização econômica das áreas do seu entorno e como espaços educativos capazes de potencializar a emancipação político-social das populações em condições de vulnerabilidade socioambiental, no Recife.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Investigar como a Natureza tem sido percebida e apreendida nas margens do rio Capibaribe no desenvolvimento da cidade do Recife, destacando a sua função estética, sustentável e de valorização do entorno.

- Discutir em que medida a educação relacionada à justiça ambiental se torna instrumento para a construção crítica e emancipatória das comunidades em condições de vulnerabilidade social e ambiental.
- Avaliar o papel dos parques urbanos e espaços verdes como fatores ligados à educação ambiental que podem potencializar os sentimentos de pertencimento e reconhecimento de direitos.

2. METODOLOGIA

O trabalho foi estruturado a partir de abordagens qualitativa e quantitativa tendo como finalidade investigar a influência da natureza na formação da cidade do Recife, com um foco especial nos parques urbanos e sua contribuição para aspectos como estética, sustentabilidade, afetividade e educação ambiental. Nessa perspectiva, o trabalho foi dividido em quatro etapas que incluem revisão bibliográfica, pesquisa de campo, aplicação de questionários e a criação de mapas geoespaciais de localização.

A revisão bibliográfica foi uma etapa crucial, incorporando obras de autores que discutem a relação entre urbanidade, cidadania e natureza. Destacam-se: Yi-Fu Tuan, que em "Topofilia" (1980) explora a relação afetiva entre indivíduos e lugares, oferecendo uma base teórica para o debate sobre como os parques urbanos e espaços verdes podem se tornar espaços significativos para a comunidade e locais; Paulo Freire, que em "Educação e mudança" (2007) e "Pedagogia da autonomia" (1996) traz uma perspectiva crítica sobre a educação como meio de emancipação e transformação social, enfatizando o papel dos espaços públicos na formação de uma cidadania ativa; Henrique Wendel, que analisa o planejamento urbano sustentável e a importância das áreas verdes; Francine Sakata (2018), que em sua pesquisa "Parques urbanos no Brasil 2000-2017", discute a evolução e relevância dos parques urbanos em termos recreativos e ambientais e Guimarães (2018), que aborda a justiça ambiental e a equidade no acesso a espaços verdes, destacando os parques urbanos como instrumentos de inclusão social. Essa revisão permitiu, por tanto, embasar teoricamente a pesquisa, estabelecendo um diálogo entre práticas observadas e teorias existentes.

A pesquisa de campo foi realizada em dois locais significativos: o Jardim Secreto do Poço da Panela e o Parque Urbano da Macaxeira. Estes espaços escolhidos, principalmente por sua relevância na promoção da interação entre a comunidade e a natureza. Durante as visitas às áreas, foram observados aspectos como a utilização dos espaços pelos visitantes, a percepção dos usuários sobre a natureza e as suas interações nessas áreas, além da presença de atividades educativas e culturais. Todos os dados foram registrados em diários de campo, os quais serviram de base para a análise qualitativa posterior.

Utilizando o Google Forms, foram elaborados questionários que incluíam perguntas fechadas e abertas, abordando temas como a frequência de visitas aos parques, a percepção

sobre a importância das áreas verdes para saúde e bem-estar, e sugestões de melhorias. Os questionários foram aplicados a visitantes das áreas em destaque durante as visitas de campo, garantindo uma amostra representativa de diferentes faixas etárias e grupos sociais.

A análise geoespacial foi realizada com o software QGIS, permitindo a criação de mapas que ilustram a distribuição dos parques urbanos em relação a outros elementos da cidade, como áreas de alta densidade populacional e equipamentos públicos. Essa análise possibilitou visualizar a acessibilidade dos parques para diversas comunidades e a relação entre a presença de áreas verdes e indicadores socioeconômicos.

Os dados coletados, por meio de observações, questionários e análises geoespaciais, foram tratados de forma qualitativa e quantitativa. A triangulação das informações possibilitou identificar padrões e tendências nas percepções sobre a natureza e os parques urbanos, contribuindo para uma compreensão mais abrangente do papel desses espaços na formação da cidade do Recife.

Em síntese, a metodologia proposta buscou integrar diferentes abordagens para compreender a complexa relação entre natureza e urbanidade no Recife. A articulação entre teoria e prática, através das obras de Tuan, Freire, Wendel, Sakata e Mariana, forneceu uma base sólida para a análise e interpretação dos dados tratados, promovendo um entendimento crítico sobre a dicotomia entre a importância dos parques urbanos na construção de uma cidade mais justa e sustentável e os interesses de valorização do entorno pelo mercado imobiliário.

3. INFLUÊNCIA DA NATUREZA NA FORMAÇÃO DA CIDADE DO RECIFE: ESTÉTICA, SUSTENTABILIDADE, AFETIVIDADE E PARQUES URBANOS

A Natureza é objeto de anseio e desejo das elites na construção da cidade desde o período colonial no qual a matéria prima explorada foi usada para enriquecer nações e erguer estruturas em arte para enfeitar os centros comerciais da Europa.

Essa construção é efetivada conforme ocorre a artificialização da natureza para o estabelecimento de padrões e formas de consumo, o que caracteriza a fase do capitalismo moderno, dado que as relações sociais são guiadas pelas imagens e símbolos midiáticos no que Debord (1997) vem a conceituar “sociedade do espetáculo”:

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante (Debord, 1997, p. 15)

O espetáculo está vinculado à perversidade do capitalismo que se refere à articulação e concretização dos bens naturais como mercadoria e a capacidade de criar necessidades por meio do fetiche da mercadoria, agora detalhado e elaborado nas propagandas de mídia em uma sociedade na qual o todo é transformado em encenação, onde o consumo da aparência é mais importante que a vivência autêntica (Debord, 1997).

Nesse sentido, tudo se torna passível de ser vendido, de ser produto, de ser mercadoria, essencialmente os elementos naturais como rios, aquíferos, lagos e florestas que são anexados a imagens enquanto o capitalismo se apropria de discursos e saberes em prol do bem-estar comum, a exemplo da sustentabilidade, ao passo que os sentimentos de humanidade que, historicamente, estão envolvidos na relação homem-natureza se tornam apenas símbolos estéticos mercantilizados pelos diversos setores econômicos, em especial o imobiliário, para ser vendido como um ideal de felicidade, em uma associação que diferencia os lugares onde essa natureza se mostra controlada na perspectiva daqueles onde a natureza aparece como catástrofe (Henrique, 2006; Krenak, 2027).

Entretanto, ao ocupar os espaços públicos naturais, as comunidades marginalizadas transformam o sentido do espetáculo, uma vez que os parques e outros espaços verdes se tornam um cenário de resistência e afirmação de direitos para aqueles que historicamente foram excluídos do debate urbano. Para a classe trabalhadora e marginalizada, a ocupação desses espaços não é apenas uma busca por lazer, mas uma afirmação do direito à cidade.

Essa ocupação é carregada de significados, permitindo que os indivíduos desenvolvam uma relação de afetividade com a natureza, desviando-se da lógica de consumo imposta pelo capitalismo. Nos parques e em outros espaços verdes, como ocorre em Recife-PE, eles não apenas buscam um espaço para relaxar, mas também para se conectar com suas raízes, histórias e comunidades. Essa relação transforma o parque em um lugar de pertencimento e identidade, onde a natureza deixa de ser uma mercadoria a ser consumida e se torna um elemento vital da vida cotidiana.

3.1. APREENSÃO DA NATUREZA DAS MARGENS DO RIO CAPIBARIBE NA FORMAÇÃO URBANA DO RECIFE

A vontade de solidificar uma cidade construída a partir da visão de uma classe específica está envolta na formação paisagística e histórica da principal metrópole de Pernambuco. Isso porque Recife, assim como todo o Brasil, vivencia diversas experiências de reurbanização no início do século XX.

A reestruturação do espaço urbano foi, historicamente, orientada pela captura da estética europeia em um período pós abolição da escravidão e efervescência das teorias eugenísticas. Surgiu, assim, a necessidade de embelezar a cidade e apagar a presença da população negra, recém-abolida, presente nos diversos tipos de assentamentos populacionais que, no Recife, estavam estruturados na forma de mocambos, os quais eram os tipos de assentamentos populares que deveriam ser eliminados para a consolidação desse desejo.

O embelezamento do espaço urbano tem, assim, como característica a dominação do natural, sobretudo pela conquista de áreas bem localizadas e próximas dos elementos naturais tão presentes na construção do Recife. Esses elementos, aqui exemplificados pela presença marcante dos corpos d'água na constituição da paisagem, sobretudo o rio Capibaribe que se torna um elemento central para o crescimento da cidade (figura 1), apresentam importância significativa no “desenvolvimento” urbano da cidade, seja como referência inicial da expansão comercial e urbana ou na imposição de um limite para expansão (Castilho, 2003).

Os mocambos eram, em geral, tipos de assentamento das comunidades formadas por pessoas escravizadas que fugiam dos senhores e, muitas vezes, por indígenas e pessoas livres, que se estabeleciam em áreas periféricas tratavam-se de habitações construídas com materiais disponíveis na região como palha, madeira e barro e localizados em áreas de difícil acesso (Figura 2). Com o tempo, sobretudo a partir de 1920, os mocambos começaram a abranger outras formas de organização como palafitas, incluindo toda a população periférica sem acesso à habitação em Recife que começam a se localizar em áreas próximas à moradia das elites recifenses (Souza, 2003).

Figura 2 - Habitações de mocambos registradas como cartão postal



Fonte: Coleção Josebias Bandeira – Fundação Joaquim Nabuco. Adaptação: Direto da redação, 2017.

Em virtude das propostas de realocação desses assentamentos populares sob o discurso sanitário e eugenista do urbanismo moderno, as populações dos mocambos sofreram com diversas intervenções governamentais, principalmente a partir do governo de Agamenon Magalhães, o qual implementou reformas urbanas para modernização da cidade com abertura de avenidas e incentivou ao crescimento do mercado imobiliário (Souza, 2003). Por causa da localização das habitações dos mocambos ao longo dos rios e mangues, as novas casas construídas por meio do capital imobiliário começam a dar as costas para o rio, suscitando a

“desvalorização” das áreas ribeirinhas. Em função da revalorização dessas áreas e da Natureza existente na sua área, elaborou-se e implementou-se projetos de requalificação, como o Projeto Capibaribe, o qual tem por finalidade retomar as áreas ribeirinhas para realizar novos investimentos direcionados à formação de uma cidade ecológica (Moraes, 2013; Alencar e Sá, 2018).

Em uma análise atual, visualizamos essa disputa histórica na relação que o Estado tem mantido com as populações ribeirinhas. Os ribeirinhos têm resistido e persistido para alcançar, pelo uso de instrumentos legais, o direito à moradia e a permanência em territórios onde se consolidaram e criaram relações afetivas e simbólicas com os elementos naturais, presente na figura do Rio Capibaribe (Castilho, 2023). Apesar da resistência, o Estado, pressionado pelas elites locais, cria formas de retirada dessas comunidades, sob o discurso da necessidade de estabelecer o bem comum e o progresso.

Não se deve negligenciar, portanto, o fato de que as elites dominam ideologicamente a situação, uma vez que transformam seus interesses em um “interesse geral ilusório” pela capacidade de perpetuar suas ideias (Harvey, 1982, p.82). As ideias do senso comum e que visam à melhoria social na sua totalidade, muitas vezes, apenas beneficiam grupos específicos ao permitir que, por meio desses discursos reformistas, o caráter econômico prevaleça sobre o social. Nessa ótica, as políticas e os projetos de requalificação são decisivos para a realocação dessas comunidades, que acabam tendo que habitar locais mais distantes e íngremes da cidade, ficando à mercê da administração urbanística.

3.2 A NATUREZA ESTÉTICA E A IMPLEMENTAÇÃO DOS PARQUES PÚBLICOS

No curso da humanidade, jardins, praças e parques exerceram funções importantes como espaços políticos, religiosos, culturais e sociais, o que tem sido reforçado pelos seus elementos de composição paisagística e estética providos pela sensação simbólica de pertencimento. Na Grécia antiga, as praças públicas, localizadas em áreas urbanas, eram utilizadas como espaços para convivência, práticas políticas e religiosas (Dorigo, 2015).

Durante a era medieval, elas foram ocupadas em prol do comércio e da religiosidade e na modernidade e contemporaneidade foram reconfiguradas como instrumentos urbanísticos com a finalidade de valorização imobiliária sob a perspectiva ambiental, inserindo novas formas de apreensão do espaço pelo mercado imobiliário. Contudo, nem sempre esses espaços públicos foram espaços verdes. As praças medievais, por exemplo, não se identificavam pela presença

do verde, mas sim pelo quadro arquitetônico que abrigava as festividades, da espontaneidade e do comércio.

A natureza começa a ser utilizada como elemento estético a partir do século XVI, como jardins e praças privadas. Isso porque a natureza organizada e controlada nessa perspectiva era reservada para a nobreza e pessoas com alto poder aquisitivo, enquanto as classes subalternas apenas conseguiram usufruir desses espaços de modo incipiente com o reinado de Luís XV que, segundo Segawa (1996), a ideia de desfrutar a natureza como espaço de lazer foi aprimorada na elaboração das plantas urbanas das cidades em ascensão do século XVIII como efeito da precarização da vida cotidiana nos espaços recém-industrializados.

Em virtude do processo de urbanização do século XVIII, marcado pela reorganização do espaço urbano, baseado em grandes estruturas que criaram novas plantas industriais e de mobilidade, as cidades, antes vinculadas ao uso de comércio e locais onde dormir, passaram a se modificar para aumentar sua escala de influência no âmbito das grandes transformações mecânicas. Sobre essa mudança, Segawa (1996, p. 37) aponta as transformações ocorridas na paisagem urbana: “O aglomerado no tecido urbano composto de estreitas vielas agora passa a ser substituído por grandes e luminosas avenidas de comunicação, modificando a paisagem que ganha novas referências de avenidas retas e fontes”.

Com o crescimento urbano célebre e intenso, ocorreu a saturação do espaço, o que, no Brasil, se replicou ainda com a produção de aglomerados habitacionais insalubres pela contaminação de solo, água e vegetação, afetando o cotidiano da população residente nas grandes cidades industriais. Para Harvey (1982), essa expansão urbano-industrial reduziu o papel da Natureza a apenas um objeto de tempo livre, destinado a ser consumida durante um tempo de recuperação do trabalho exaustivo. Nesse sentido, a urbanização tornou a Natureza uma condição de raridade, uma mercadoria, visto que a presença de ambientes de lazer integrados à paisagem eram escassos. Então esses espaços foram criados tendo como propósito proporcionar contato maior entre sociedade e Natureza.

No Brasil, o aparecimento dos parques urbanos começa a partir do contexto de prosperidade econômica, o que impactou na qualidade de vida dos/das cidadãos/as, visto que houve maior oferta de empregos e aumento do poder de compra das classes média e baixa, principalmente após o século XIX (Sakata, 2018). Essas transformações acarretaram, entretanto, em um crescimento urbano sem planejamento, acompanhadas pela criação de

ambientes insalubres em função do caráter predatório do capitalismo que concentrou nas cidades, espaço construído em contexto de escassez de áreas verdes.

Em consonância com a Constituição Federal da República de 1988, o processo de urbanização fez surgir a necessidade de repensar o direito à cidade pelo direito ao entorno, uma vez que o direito ao lazer, à recreação, à paisagem e os serviços ambientais proporcionados por áreas verdes urbanas constituem uma perspectiva essencial do direito à cidade (Sampaio; Sampaio; Magalhaes; 2016, p. 344).

Dentro dessa conjuntura, a preocupação ambiental ganha intensidade com a decorrência das indagações sobre o planejamento das cidades brasileiras. Apesar da legislação ambiental não ter se constituído nesse período da década de 1960, já havia marcos legais que alertavam os efeitos da contaminação de solo e água para a vida humana. A exemplo do Decreto nº 50.877 de 1961 que conceitua o que é poluição mediante a contaminação das águas ou com a promulgação do Estatuto da Terra, o Código Florestal e outros marcos importantes para pensar as ações de planejamento dentro da questão ambiental, a Lei nº 5.106 de 1966, que proporciona benefícios fiscais e incentivos para os gestores e investidores que aplicassem em ações socioambientais e culturais (Moreira et all, 2021), a criação de leis preventivas e consistentes ganha corpo a partir da redemocratização do Estado brasileiro.

Os primeiros parques surgidos no Brasil, nesse contexto, aparecem a partir da década de 1980, sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. A instalação desses equipamentos está guiada pela necessidade de expansão das áreas livres na cidade, mas também pela necessidade de adaptação das novas estruturas sociais e ambientais que se somam aos símbolos da cidade, consolidando bases culturais e turísticas.

De acordo com Sakata (2018) muitos deles foram criados para prevenir as áreas nobres das ocupações com favela e para qualificar as áreas de expansão dos centros urbanos para o mercado imobiliário: “o relevo mais acidentado apresentava maior dificuldade para a ocupação e, para prevenir a invasão das faixas de drenagem e os fundos de vale por moradias precárias, uma das ações preventivas foi a criação do sistema de parques” (Sakata, 2018,p.43).

Assim, os parques foram-se tornando cada vez mais, uma espécie de instrumento utilizado para a permanência de uma classe dominante afastada da classe trabalhadora precarizada.

4.3 A NATUREZA SUSTENTÁVEL E O ESPAÇO DE VALORIZAÇÃO DOS PARQUES URBANOS NO RECIFE

Recife ainda apresenta população vivendo em situação de fragilidade e precarização, caracterizada pela injustiça ambiental e, por sua vez, na não inclusão das suas demandas na elaboração das reformas e dos projetos urbanos presentes. Esta população está sob a decisão dos planejadores urbanísticos, os quais pretendem expandir no espaço a instalação de equipamentos públicos que favorecem aos interesses econômicos. Desse modo, não assistem às populações que vivem em assentamentos populares e que são atingidas pelos processos catastróficos intensificados pelas mudanças climáticas, cujos motivos se acham na limitação das políticas públicas. Em outras palavras, tais políticas devem considerar o caráter preventivo dos deslizamentos de blocos, das inundações, dos alagamentos e/ou da falta de efetivação dos direitos básicos garantidos pela legislação ambiental e urbanística em regiões de vulnerabilidade socioambiental.

A cogitação de ações sociais e econômicas em uma cidade que presencia uma crescente expansão da urbanização no contexto de segregação, degradação dos ecossistemas e meio ambiente, tem engendrado uma série de desafios para a administração do espaço público e, conseqüentemente, para a qualidade de vida na cidade. Jacobi (1999) pontua que as práticas socioeconômicas não podem abstrair a importância dos diversos atores e das organizações sociais na construção do espaço sustentável e equitativo para todos os cidadãos. Isso porque “a noção de sustentabilidade implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte” (Jacobi, 1999, p. 180).

O discurso da sustentabilidade ganha ainda mais força com o agravamento das mudanças climáticas, as quais nos alertam sobre como é indispensável o retorno de práticas que evidenciem a relação homem-Natureza, porém de forma integrada ao social à margem dos processos de especulação capitalista possa usufruir de um bem que está garantido constitucionalmente. A demanda por áreas verdes é reiterada, assim, em documentos nacionais e internacionais: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Resolução N° 303/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Os parques urbanos, nesse sentido, apresentam-se como alternativas para essa nova forma da cidade, à medida que são espaços vinculados a práticas esportivas e encontros culturais, construídos e pensados com o propósito de promover o bem-estar social composto por elementos naturais, sobretudo a vegetação (Scocuglia, 2009). Contudo, podem apresentar multifacetadas de acordo com as lógicas de mercado e de quem ocupar esses espaços.

Na conjuntura recente, os novos parques urbanos perpetuam o discurso sinalizado pela valorização dos elementos naturais sob a forma da sustentabilidade. Embora essa sustentabilidade esteja ligada ao desenvolvimento social, os parques urbanos do Recife, surgem em áreas já valorizadas. Isto é, apesar da sua finalidade social, a implementação desses equipamentos é guiada por interesses do setor imobiliário, o qual visualiza potencial para valorização fundiária, atribuindo as áreas do seu entorno valor construtivo para verticalização.

Nesse contexto, territórios habitados por comunidades precarizadas entram na disputa pela instalação desses equipamentos. Porém, instala-se uma situação que reforça a injustiça social na medida em que tais comunidades são culpabilizadas pela degradação ambiental causada, segundo os planejadores, pelas suas habitações irregulares palafitas, destruindo a natureza. Na verdade, o problema relevante reside na ausência do acesso à moradia digna decorrente de uma política habitacional fragilizada na segunda capital brasileira mais desigual, de acordo com o relatório de 2024 elaborado pelo Instituto Cidades Sustentáveis (ICS).

Diante dessa contradição entre função social e sustentabilidade, famílias são deslocadas dos seus territórios e são realocadas em regiões distantes dos centros comerciais com indenizações precárias que não as permitem habitarem moradias dignas. Além disso, quando são removidas recebem sua habitação construída sem levar em conta suas especificidades e suas relações afetivas com os locais de origem.

O parque de Apipucos constitui exemplo de como o mercado imobiliário comercializa esses espaços. Situado em um bairro de expansão imobiliária e construído em 2023 sob uma proposta ecológica, este equipamento tem um parque infantil, espaço para realizar piquenique e estacionamento para automóveis em uma localização prestigiada às margens do rio Capibaribe e do açude.

Entretanto, habitando o mesmo espaço e separados apenas por uma rua estreita, temos o condomínio luxuoso reserva Apipucos (Figura 2), um empreendimento da construtora Conic. A publicidade do condomínio destaca uma vista aérea que engloba uma planta do parque com

elementos não concluídos, com a abertura para o rio por meio de um píer que, apesar de não construído, aparece sendo vendido por sites de imóveis: *Villa Home* imóveis, Expo Imóveis, o que sugere uma integração entre o espaço residencial e o parque. Mas que, na prática, favorece interesses imobiliários em detrimento das necessidades das comunidades do entorno.

Figura 3- vista aérea do condomínio Reserva Apipucos anunciado por sites de vendas de imóveis.



Fonte: Expo Imóveis, 2024.

O mesmo padrão construído do espaço se repete com o parque das Graças, localizado em um bairro consolidado e habitado por grupos de poder aquisitivo elevado em uma região dinâmica da cidade. Este parque está envolto de uma série de edifícios (figura 4) e tem como principal característica o embelezamento estético e pela presença da natureza da margem do rio Capibaribe. De acordo com o jornal independente Marco Zero (Figura 5), recentemente destacado por sua popularidade entre os visitantes, o parque tem se tornado um ponto focal no debate sobre valorização imobiliária na região.

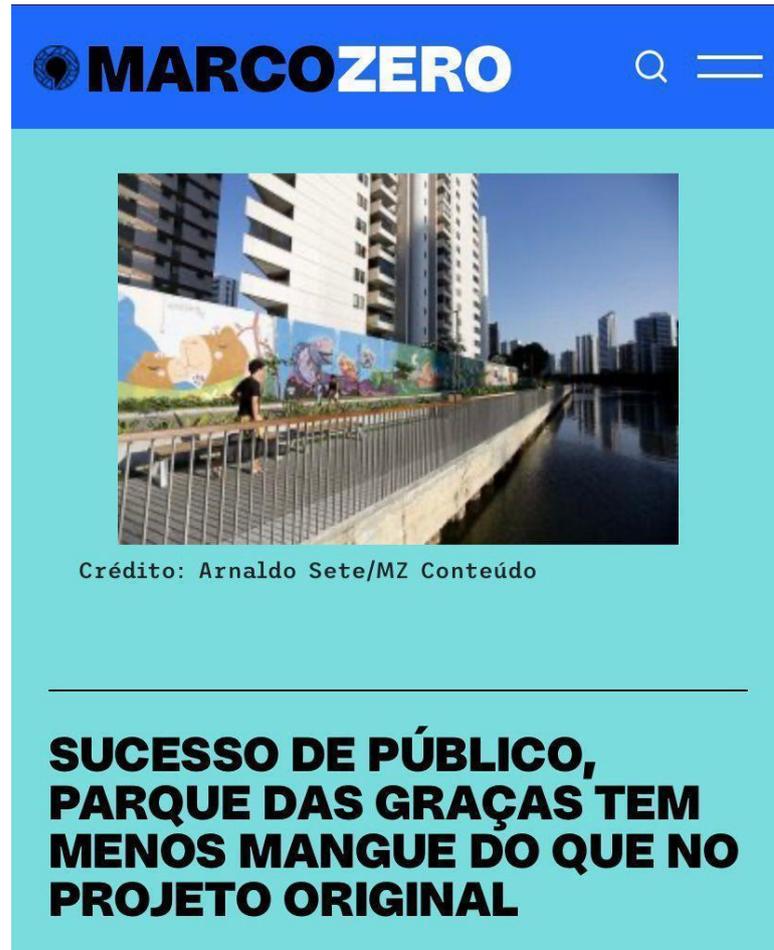
Figura 4 - imagem aérea do parque das Graças e do seu entorno, 2023.



Fonte: Marco Zero, 2023.

Apesar das mudanças em seu projeto original, que resultaram em uma área de mangue menor do que o planejado, a atratividade do parque como espaço de lazer e convivência continua a ser um fator importante para a área (figura 5).

Figura 5 - matéria de jornal independente evidenciando a controvérsia na permanência e retirada do mangue, em 2023.



MARCOZERO 🔍 ☰



Crédito: Arnaldo Sete/MZ Conteúdo

SUCESSO DE PÚBLICO, PARQUE DAS GRAÇAS TEM MENOS MANGUE DO QUE NO PROJETO ORIGINAL

Fonte: Marco Zero, 2023.

O parque desempenha um papel crucial no mercado imobiliário. Sakata (2008) demonstra que imóveis localizados nas proximidades de parques e espaços públicos tendem a ter um valor de mercado superior. Isso ocorre porque a qualidade de vida proporcionada por esses locais é um atrativo significativo para potenciais compradores e investidores.

Assim, a realidade dos parques urbanos em Recife revela um cenário complexo onde a luta por direitos e a busca por uma relação mais equitativa com a Natureza se entrelaçam com as dinâmicas de especulação imobiliária e exclusão social. A marginalização da classe trabalhadora, evidenciada pela injustiça ambiental e pela falta de políticas públicas efetivas, contrasta com a crescente valorização desses espaços como mercadorias destinadas a atender interesses econômicos.

Embora os parques urbanos sejam projetados para oferecer bem-estar e socialização, sua implementação frequentemente favorece áreas já valorizadas, perpetuando um ciclo de desigualdade que marginaliza aqueles que mais precisam de acesso a esses espaços. A luta por

uma cidade mais justa deve incluir a voz e as demandas das comunidades vulneráveis, que não apenas desejam usufruir de áreas verdes, mas também reivindicam o direito à cidade, onde também a natureza deve ser vista como um bem comum e não apenas como um recurso a ser explorado.

3.4 A NATUREZA E O ESPAÇO AFETIVO DOS PARQUES URBANOS E ESPAÇOS VERDES NO RECIFE

Resgatando o papel social e ressignificando o seu uso meramente econômico a partir do urbanismo transformador, garantindo o direito à cidade pela ocupação, discussão, olhar, memória e afetividade, espaços verdes, como os parques urbanos, podem fortalecer a consciência coletiva da necessidade de contato com a Natureza que já havia sido reiterada como efeito da conturbada vida em uma cidade caótica sem infraestrutura adequada para vivenciar de fato o espaço.

Isso porque a relação que o indivíduo mantém com o meio está além dos aspectos físicos. Tuan (1974) aponta que o meio ambiente natural está relacionado com a própria visão de mundo do indivíduo: “[...] a visão do mundo, se não é derivada de uma cultura estranha, necessariamente é construída dos elementos conspícuos do ambiente social e físico de um povo” (Tuan, 1974, p.91).

Nessa ótica, a ampliação de espaços verdes – aspecto físico - resulta na construção de um sentimento coletivo de normalidade e bem-estar, estabelecendo novas e intensificando relações – aspectos sociais – no âmbito da consciência de preservação, em virtude da compreensão do papel real da natureza na constituição do ser e da própria cidade.

Na primeira seção, foi apresentado o conceito de “sociedade do espetáculo” e o destaque às imagens e aos símbolos utilizados na forma de apreensão da Natureza pelos setores econômicos. É verdade que imagens e símbolos estão e são inseridos no imaginário da população com a finalidade de criação de necessidades para a mercantilização de bens coletivos que deveriam continuar sendo públicos, mas isso não significa que esses aspectos não possam ser resgatados e/ou construídos mediante intervenção na própria construção da imagem. Mas, para que isso aconteça é preciso compreender a Natureza como um bem de direito público que deve ser acessível a todas as camadas da sociedade, estando a sua importância intrinsecamente relacionada à paisagem simbólica e vivida. Essa relação envolve processos de criação de afetividade e memória (Guimarães, 2018).

Para Tuan (1974), o lugar é um espaço que possui significado emocional, formado pelas experiências que vivemos nele, enquanto a paisagem é a aparência externa do ambiente, algo que pode ser visto de forma mais distanciada e contemplativa. Esta é, pois, uma experiência estética e visual, mas sem necessariamente envolver um vínculo emocional profundo. Contudo, quando falamos em vivenciar a cidade, é necessário entender a complexidade das relações sociais que são, muitas vezes, guiadas pelas relações afetivas com o espaço e com a presença de seus elementos naturais ou construídos, isto é, com a paisagem que pode ou não ganhar carga emocional a depender de quem utilizar o lugar.

Assim, a paisagem, como um todo, começa a se fragmentar por meio das nossas experiências e percepções individuais. Guimarães (2018) destaca como ocorre a fragmentação dessas paisagens:

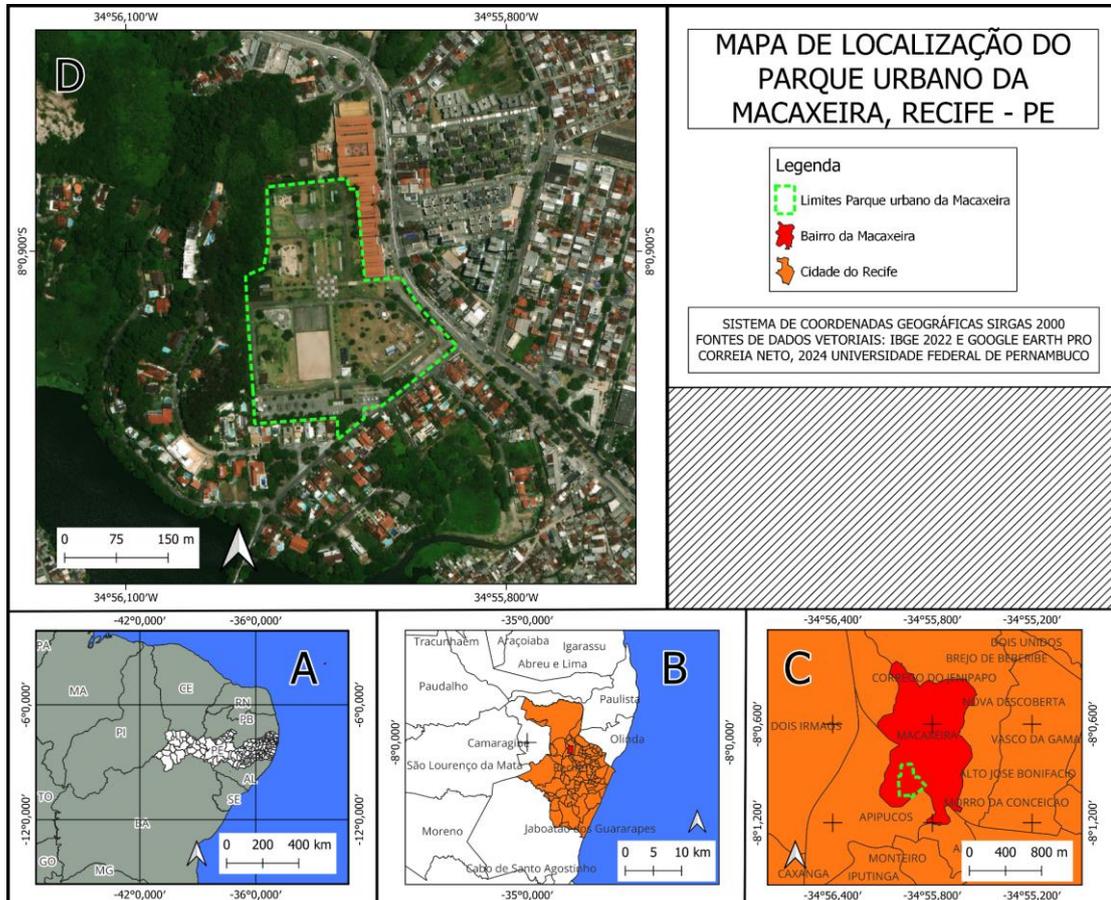
Ao envolverem os aspectos objetivos e subjetivos de mundo vivido, cristalizam em suas respectivas imagens as estruturas das dimensões espaço-temporais onde a realidade é formada pelo real e imaginário, imprimindo marcas entre a racionalidade e a afetividade, originando complexos sistemas simbólicos (Guimarães, 2018, p.118).

Se a paisagem é formada por experiências e lugares significativos em que habitamos, onde formamos laços emocionais, esses vínculos nos possibilitam cultivar sentimentos de pertencimento. Esse sentimento de pertencimento, por sua vez, nos motiva a lutar por aquilo que consideramos nosso.

O parque urbano da Macaxeira aparece como um exemplo emblemático de como o processo supracitado pode se dar. Situado na Região Político Administrativa III de Recife (RPA 3), na zona Norte da cidade, o parque foi construído no terreno pertencente à antiga fábrica de tecidos de Apipucos, a qual se encontrava sem função social definida. Porém, a função de fábrica permanecia como paisagem presente no imaginário daquelas comunidades ali localizadas, uma vez que a fábrica tem relação direta na formação do bairro Macaxeira (Morais, 2017).

Projetado pelo Governo do Estado e Inaugurado em abril de 2014, o Parque é administrado pela Prefeitura do Recife desde este ano por meio da sua Secretaria de Turismo e Lazer. A localização próxima a bairros distantes dos centros de especulação (Figura 6) permite ao equipamento a concretização da sua real finalidade.

Figura 6 - Localização georreferenciada do Parque urbano da Macaxeira e do seu entorno



Fonte: Pesquisa de iniciação científica desenvolvida em 2024.

A ideia de Parque nos apresenta um panorama sobre como os equipamentos públicos concentrados em áreas próximas a comunidades marginalizadas podem democratizar o acesso à cidade como um bem comum. O projeto inicial previa a construção integrada do parque aliado a outros aparelhos públicos como Escola Técnica Miguel Batista, Biblioteca Multimídia, Expresso Cidadão, os três construídos na área da antiga fábrica de tecidos (Figura 7 elementos 01,02 e 03 que delimitam a área total de localização da fábrica desativada).

Figura 7 - Planta geral do Parque Urbano da Macaxeira



Fonte: Architectura Panamericana, Archivo BAQ, 2016.

Dentro do Parque funcionam a academia da cidade e outros espaços de recreação como campo de futebol, quadras poliesportivas, pista de skate, bicicross, faixa de cooper com 1.500 metros, ciclovia com 1.500 metros, parques infantis, anfiteatro, banheiros públicos, praça de alimentação, sala de administração e guaritas de segurança (Recife, 2017).

Contudo, parte desses equipamentos não recebeu o cuidado necessário de manutenção pela gestão pública, o que foi evidenciado em matérias jornalísticas (figura 8) e pelos próprios frequentadores. Mesmo assim, o Parque da Macaxeira se sobressai pelo seu papel social, visto que o equipamento atende as populações periféricas que, diversas vezes, precisam se deslocar para acessar outros equipamentos públicos de mesma finalidade.

Figura 8-Matéria do Diário de Pernambuco, evidenciando o descaso da gestão público para com o parque

Denúncia **Parque Urbano da Macaxeira é território de insegurança**

Um problema na drenagem do parque fez com que os postes vazassem corrente elétrica e a energia fosse cortada, o que vem contribuindo para que o local vire ponto de prostituição e de consumo de drogas

Por: [Ketheryne Mariz](#)

Fonte: Diário de Pernambuco.

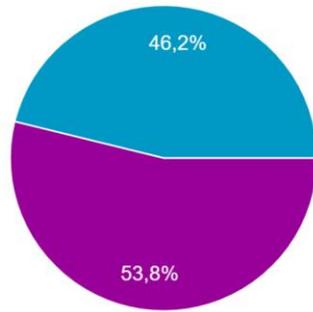
O Parque Urbano da Macaxeira possibilita o lazer às populações que mais sofrem com as consequências da ineficiente distribuição de recursos propícios para saúde, lazer e educação. Entretanto, os perfil frequentadores do parque, maioria vindos dos bairros localizados no entorno, disseram que se deve fazer investimentos para a manutenção dos equipamentos que se encontram em estado de degradação sendo tomados por ferrugens, falta de iluminação, contaminação do lago que aparece eutrofizado e ausência de policiais patrimoniais.

Em relação ao perfil dos indivíduos entrevistados, levamos em conta os seguintes aspectos: gênero, bairro de origem, raça e ocupação (figura 9). Isto porque a compreensão desses aspectos nos permitiu traçar um panorama mais efetivo da relação das populações locais com as áreas em epígrafe, identificando as demandas específicas sobre quem as ocupa. Isto foi considerado, enfim, para evidenciar as urgências e necessidades da gama de frequentadores/as para que, a partir dessas demandas, o poder público possa repensar estratégias e formas de implementação e melhoria desses equipamentos.

Figura 9 – levantamento do perfil socioeconômico dos frequentadores do Parque Urbano da Macaxeira.

Gênero

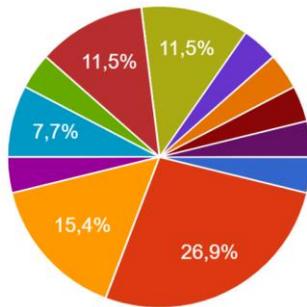
26 respostas



- homem
- mulher
- não-binário
- Prefiro não dizer
- Feminino
- Masculino

Em qual bairro você reside atualmente

26 respostas

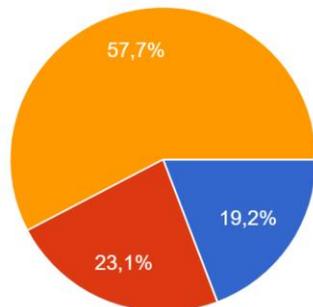


- Córrego do Jenipapo
- Nova Descoberta
- Vasco da Gama
- Alto José Bonifácio
- Morro da Conceição
- Macaxeira
- Apipucos
- Dois Irmãos

▲ 1/3 ▼

A sua cor e raça é

26 respostas



- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena

De acordo com a Revista Algomais, o projeto deste espaço foi criado pelo coletivo Jardim Secreto e defendido pela Associação dos Moradores e Amigos do Poço da Panela (AMAAP), em uma obra que visou a transformação de um espaço que servia de depósito de lixo em espaço de convívio social entre a comunidade e as margens do rio Capibaribe (figura 11).

Figura 12- imagem aérea mostrando o antes e depois da requalificação da área na qual se encontra o Jardim Secreto



Fonte: Associação Jardim Secreto, 2024.

Em entrevista concedida em 2017, à mesma revista, Antônio Pinheiro de Carvalho, presidente da referida associação afirmou: “Começamos a pensar para esse lugar um projeto de ocupação pública visando à melhoria da segurança do bairro. É um espaço perfeito para desenvolver o conceito de sustentabilidade e agroecologia”. Como apontado pelo presidente da associação, o projeto foi concretizado de acordo com o exposto, sendo requalificado em 2019, segundo a Prefeitura do Recife, a qual realizou um transplante de mudas.

A obra foi, portanto, ação de revitalização de uma área urbana e pela promoção da arborização, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental e do espaço público. Para

isso, o transplante envolveu a remoção de mudas de locais que seriam impactados por obras, garantindo que as plantas fossem realocadas de forma sustentável.

Tratando-se de um espaço verde público, tem-se, assim, mais um espaço que oferece condições para o desenvolvimento de atividades que conscientizem os participantes sobre a importância da Natureza e do cuidado com o espaço, o que cria senso de responsabilidade e conexão com o lugar. Portanto, tornando-se espaços estimulantes para a criatividade, através de oficinas e eventos culturais que permitem aos moradores expressarem suas histórias e experiências. Essa troca de vivências reforça os laços afetivos entre os participantes (figura 12).

Figura 13- Espaço do Jardim Secreto



Fonte: acervo pessoal, 2024.

O Jardim Secreto é um espaço bem organizado com plantas e áreas de jardinagem que estimulam a interação comunitária, educação ambiental e a sensibilização para a importância dos espaços verdes. Aproveitando a visita ao campo realizada no dia 18 de outubro foi aplicado um questionário com os frequentadores do espaço. Contudo, antes de explicar como ocorreu a aplicação, uma das situações que ficou evidente foi que as pessoas que estavam no espaço naquele momento não foram pelo espaço, mas sim porque ele fica próximo a um equipamento público administrado pelo poder público conhecido como Jardim do poço e que é palco de diversos eventos (figura 13)

Figura 14- espaço do Jardim do Poço



Fonte: acervo pessoal, 2024.

O jardim do Poço está localizado em uma área já valorizada da cidade, tendo o seu entorno cercado de prédios. Como se trata de um espaço bem localizado, próximo a outros equipamentos urbanos que trazem centralidade ao espaço como o shopping Plaza, acaba sendo bem cuidado a partir de uma lógica “natureza controlada”. Assim, esse conjunto de equipamentos termina retirando a visibilidade do Jardim Secreto.

O questionário (Figura 14) consistiu em perguntas relacionadas à identidade cultural, sustentabilidade e percepção sustentável acerca do Jardim Secreto, considerando seu uso como referência para outras áreas verdes. Tivemos o cuidado de fazer perguntas fechadas e abertas

para que os/as participantes pudessem levantar e discutir, principalmente através das duas questões abertas.

Figura 15- algumas perguntas do questionário simples

The figure displays four screenshots of survey questions from a Google Form, arranged in a 2x2 grid. Each question is presented in a white box with a light gray border and a small black T-shaped icon in the bottom-left corner.

- Top-left:** "Com base na experiência do Jardim Secreto, qual é a importância da educação ambiental para o desenvolvimento de sua comunidade?" Below the question is a text input field labeled "Sua resposta".
- Top-right:** "Que conhecimentos ou habilidades você considera essenciais para promover uma consciência ambiental mais forte em sua comunidade?" Below the question is a text input field labeled "Sua resposta".
- Bottom-left:** "Que memórias você associa ao Jardim Secreto?" Below the question is a list of four radio button options: "Momentos em família", "Atividades culturais", "Eventos comunitários", and "Jardinagem ou Agricultura".
- Bottom-right:** "Que atividades você Já participou ou pretende participar no Jardim Secreto que poderiam promover a educação ambiental?" Below the question is a list of four radio button options: "Oficinas sobre sustentabilidade", "Palestras sobre flora e fauna locais", and "Atividades de plantio e jardinagem".

Fonte: Pesquisa de iniciação científica, Google Forms, 2024.

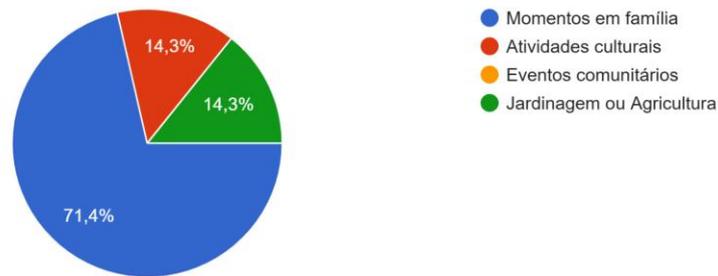
Foram aplicados, no total, 7 questionários. Isso porque não havia muitas pessoas no local. Em virtude das perguntas abertas, os/as entrevistados/as foram perguntados/as se a entrevista poderia ser gravada e todos/as permitiram. Há alguns resultados a se destacar (figura

15) de acordo com os sentimentos de pertencimento e memórias criados pelo contato direto com o espaço e que reforça as ideias debatidas nesta seção, como também demandas dos frequentadores.

Figura 15- gráfico sobre aspectos de memória, afetividade e conservação ambiental

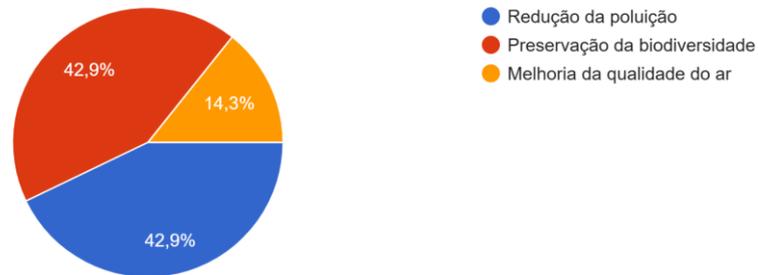
Que memórias você associa ao Jardim Secreto?

7 respostas



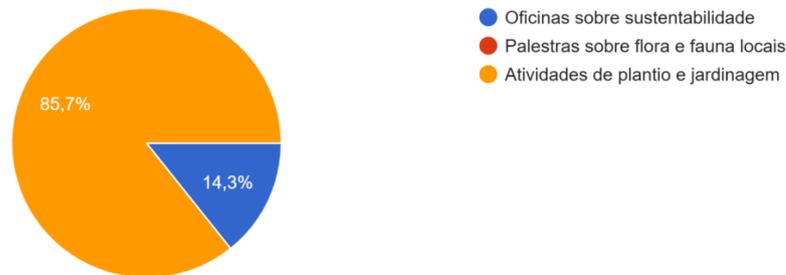
De que forma você percebe a importância do Jardim Secreto para a conservação ambiental na sua comunidade?

7 respostas



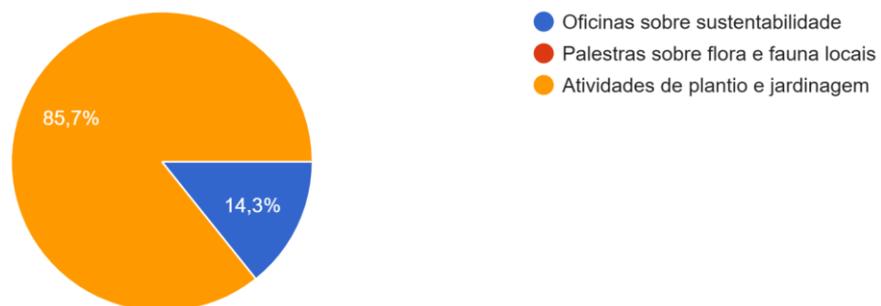
Que atividades você Já participou ou pretende participar no Jardim Secreto que poderiam promover a educação ambiental?

7 respostas



Que atividades você Já participou ou pretende participar no Jardim Secreto que poderiam promover a educação ambiental?

7 respostas



Fonte: Pesquisa de iniciação científica, Google Forms, 2024.

Durante as entrevistas, uma ganhou destaque por se tratar da percepção de uma moradora do Poço da Panela que frequenta o espaço desde antes mesmo da mudança do antigo depósito de lixo para o Jardim Secreto. As perguntas foram guiadas pelo questionário, mas como consequência do conhecimento rico da entrevistada, foram feitas perguntas além do questionário, o que gerou um material em áudio de mais de 9 minutos.

Segundo a frequentadora A, de 22 anos, o espaço tem “um valor sentimental rico”, pois foi neste local que conheceu sua namorada. Sobre a questão do pertencimento ela afirma: “acho que sim porque aqui era chamado de jardim secreto porque poucas pessoas o conheciam, foi onde tive meu primeiro encontro com minha namorada, mas acho que o Jardim Secreto poderia ser mais para comunidade. Acho que ultimamente estão vindo muitos policiais para cá e estão fazendo as pessoas se afastarem porque recentemente a gente veio para cá com alguns amigos

e fomos abordadas por policiais muito ignorantes, sem necessidade. A gente ficou assustado, pediram para ver a bolsa da gente, a gente não estava fazendo nada demais, estávamos conversando. Minha amiga veio de Caruaru e a gente apresentou o Jardim Secreto a ela. Isso vai afastar as pessoas daqui”.

A frequentadora também acredita que essa atuação policial está diretamente relacionada à localização do Jardim Secreto, uma área rodeada por moradores/as de maior poder aquisitivo. Ela observa que, para alguns desses/as moradores/as, o espaço é visto com desconfiança devido à presença de frequentadores/as da margem esquerda do rio Capibaribe, que costumam ser marginalizados/as. Assim, embora o Jardim Secreto tenha um valor afetivo importante para a comunidade, ele ainda enfrenta desafios significativos, incluindo a percepção de insegurança e o preconceito em função de sua localização em uma área valorizada, mas marcada por desigualdades sociais

4. EDUCAÇÃO E JUSTIÇA AMBIENTAL: O PAPEL TRANSFORMADOR DOS PARQUES URBANOS E OUTROS ESPAÇOS VERDES

A educação tem sido disputada e apreendida em um projeto político, ideológico e econômico de sociedade que tem como uma das finalidades a perpetuação dos interesses sociais de uma elite hegemônica que realizou nos últimos anos diversas tentativas de destruição daquele processo de ensino-aprendizagem construído pela luta de educadores e educandos por uma consciência crítica.

Trata-se de um modelo que prega a liberdade e meritocracia para a manutenção dos privilégios de classe e que tem, na sua formulação, o desejo pela mercantilização do processo educacional para construir, com um método engessado no qual o aluno apenas recebe conhecimento, ou seja, o método bancário (Freire, 1996), a tentativa de solidificar um projeto que reverbera na constituição de alunos com o propósito único de ingressar no mercado de trabalho de forma mecânica e com a percepção fragilizada e fragmentada das urgências socioeconômicas e socioambientais que cercam as populações carentes.

Todo esse percurso tem fundamentação na ideologia, ou melhor, no discurso ideológico defendido por grupos conservadores para anular ou invalidar práticas progressistas, os quais visam a inserção da pluriversidade de alunos presentes no ambiente escolar. Para Chauí (1997), o discurso ideológico é justamente esse conjunto de narrativas que buscam perpetuar as relações de poder:

O discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser, destarte, que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante (Chauí, Marilena, 1997, p.3)

Contudo, a partir da ressignificação dos objetos, discursos segregadores e ideias dominantes temos a descaracterização dessa imposição ideológica que predomina em várias esferas sociais, em especial no âmbito ambiental dado a injustiça crescente sobre essa esfera. Para Freire (1996), a ação educar não está ligada apenas a ensinar a ler, escrever e apresentar o assunto ao aluno; é preciso ir para além disso, ou seja, é preciso criar formas para a compreensão

sobre estruturas sociais e como as disparidades existente entre as camadas sociais estão presentes na vida das comunidades.

Partindo desta perspectiva, nesta seção, pretendemos analisar como a educação política emancipatória apresenta potencial para a consolidação da justiça ambiental, uma vez que as reflexões baseadas na realidade do aluno permitem o surgimento de sentimentos de luta pelo bem-estar social coletivo, gerando efeitos significativos no decorrer do processo educacional.

Neste contexto, consideramos, dentro dessa lógica, os espaços verdes e dos seus equipamentos na perspectiva da topofilia. Com efeito, o uso consciente dos parques urbanos ou outros equipamentos e espaços verdes presentes na cidade do Recife, quando ocupados efetivamente pela classe trabalhadora, pode auxiliar na educação, considerando-os também como espaços educativos.

4.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTAS PARA EMANCIPAÇÃO

A educação, como um direito social, pode assumir diversas faces em função do indivíduo que se faz valer dela, porém sua real função reside na capacidade de garantir a emancipação para que, por meio dela, seja alcançada a cidadania. A emancipação tem relação direta com o esclarecimento da realidade do indivíduo. Kant (1985) sinaliza que o esclarecimento é um processo de amadurecimento intelectual, que consiste no indivíduo utilizar a sua razão de maneira independente. O esclarecimento é, então, a saída de um estágio de menoridade, no qual o indivíduo é incapaz de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo, para o estágio de maioridade, ou seja, capacidade de pensar por si mesmo.

Ao analisar o esclarecimento a partir da pedagogia freiriana, a menoridade representa a incapacidade de se libertar de conceitos impostos historicamente por sistemas de opressão. Trata-se, assim, de um estágio no qual o indivíduo não possui as ferramentas necessárias para sua emancipação, uma vez que lhe foram negados os processos de construção intelectual para perceber a realidade. Isso está relacionado, muitas vezes, à própria formação educacional do indivíduo. Freire (1996) sinaliza que a educação tradicional mantém o aluno nessa condição na qual ele aceita passivamente as estruturas sociais. Dentro dessa lógica, o esclarecimento, possibilitado por uma educação libertária, é o caminho para a emancipação, visto que os indivíduos compreendem e enfrentam a lógica de discursos que, sob o pretexto do “bem comum”, violam os direitos de grupos já marginalizados, impedindo que eles adquiram cidadania

Santos (1997) conceitua a cidadania como a materialização da ação democrática. Trata-se, assim, do envolvimento ativo nos processos de tomada de decisão nas esferas política, social e cultural. Entretanto, em um país no qual as desigualdades e as relações de poder são tão acentuadas, o livre exercício de direitos é limitado. O que acontece em função do próprio sistema democrático que, ao negar uma educação política, impossibilita o indivíduo de tomar suas decisões, perpetuando sua condição de “Cidadania Mutilada” (Santos, 1997).

Para mudar esse estado de coisas, entra, assim, o papel da educação ativa no resgate da consciência do ser cidadão/ã por meio da intervenção na realidade, que a cidadania não envolve apenas o entendimento teórico das instituições democráticas, mas também a prática de valores de igualdade, justiça e solidariedade. Estes valores são assegurados pela própria Constituição da República Federativa do Brasil, que, de acordo com Guimarães (2018), deve prevalecer como caminho a implementação de políticas públicas com a finalidade de erradicar as desigualdades estruturais no acesso ao meio natural.

O direito fundamental ao meio ambiente equilibrado integra-se, assim, imediatamente, aos objetivos gerais de solidariedade, erradicação da pobreza e da marginalização social e redução das desigualdades sociais e regionais da República Federativa do Brasil, também previstos no artigo 3º da Constituição Federal [...] (Guimarães, 2018, p.55)

Dentro da perspectiva da emancipação, a justiça ambiental emerge como uma necessidade presente no contexto atual, no qual as desigualdades socioeconômicas se entrelaçam com questões ambientais, afetando desproporcionalmente as populações marginalizadas, ocasionando situações contrárias à justiça ambiental, dando margens a processos de exclusão das populações já condicionadas a essa injustiça (Guimarães, 2018).

A educação para a justiça ambiental é, assim, uma resposta necessária às crescentes desigualdades sociais e aos impactos ambientais que afetam as populações vulneráveis. A formação de uma consciência crítica e ativa em relação às questões ambientais é fundamental para garantir que todos/as os cidadãos/as possam exercer seus direitos para reivindicar um ambiente saudável.

A justiça ambiental, como conceito, refere-se à luta por um meio ambiente que não apenas promova a saúde e o bem-estar das pessoas, mas que também leve em consideração as desigualdades existentes nas suas condições de vida (Guimarães, 2018). Nesta perspectiva, uma

educação vinculada à luta pela efetividade da justiça ambiental deve incluir discussões sobre quem são os mais afetados por problemas como poluição, degradação de recursos naturais e mudanças climáticas. A partir dessa análise, os/as educadores/as podem promover um entendimento mais profundo sobre como as injustiças sociais estão interligadas às questões ambientais (Jacobi, 2003).

Tendo em vista que a educação para a justiça ambiental não se limita à sala de aula. Ela deve se estender a toda a sociedade, pensando e usando a cidade como uma complexidade de espaços educativos, promovendo campanhas, seminários e debates que engajem todos os setores em um processo de transformação social. A transformação social, segundo Freire (1992; 1996; 2007), inicia-se com o despertar da consciência crítica, ou conscientização, envolvendo o reconhecimento das injustiças, opressões e desigualdades que permeiam a vida das pessoas. Ao compreender as causas de sua situação, os indivíduos tornam-se capazes de se engajar ativamente na luta por mudanças significativas.

Esse processo de conscientização é vital para a sociedade, pois leva os indivíduos a se verem não como meros espectadores de suas vidas, mas, ao mesmo tempo, como protagonistas de suas histórias. A transformação social passa pela disseminação de conhecimentos e pela construção de uma cultura de justiça, onde todos tenham a oportunidade de participar ativamente na busca por soluções concretas para os problemas que os afetam.

4.2 O PAPEL DOS PARQUES URBANOS E ESPAÇOS VERDES NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA ATIVA

A educação se transforma em um processo de fortalecimento dos que mais precisam, visto que ao proporcionar informações sobre direitos, legislações ambientais e a importância da participação cidadã, as comunidades se tornam mais capacitadas a reivindicar seus direitos e a atuar em favor de suas necessidades. Essa abordagem ativa fortalece o sentimento de pertencimento e responsabilidade social, fazendo com que os indivíduos se vejam como agentes de mudança (Freire; 1992; 1996; 2007). No Currículo Educacional de Pernambuco para o ensino médio, a promoção da cidadania e a formação de cidadãos críticos são enfatizadas, buscando garantir que os/as estudantes desenvolvam uma consciência ambiental e social que os/as capacite a agir em sua comunidade:

Ao reconhecer a educação como um direito humano, o Currículo de Pernambuco define como eixo norteador o fortalecimento de uma

sociedade democrática, igualitária e socialmente justa. Para tanto, adota como princípios orientadores: equidade e excelência, formação integral, educação em direitos humanos e inclusão. (Pernambuco, 2021, p.17).

Os parques urbanos e espaços verdes, quando utilizados como espaços educativos, estão em sintonia com os princípios norteadores da cidadania, uma vez que oferecem oportunidade única para implementar essa educação prática. Ao realizar atividades que conectam os cidadãos ao seu entorno, como plantios comunitários, mutirões de limpeza e oficinas de sustentabilidade, os indivíduos não apenas aprendem sobre a importância da preservação ambiental, mas também experimentam a solidariedade e a colaboração. Esses espaços, quando utilizados de forma inclusiva, podem se tornar verdadeiros espaços de justiça ambiental.

De acordo com Buber (2009), é possível perceber outras três formas, sendo elas a observação, a contemplação e a tomada de conhecimento íntimo. Aqui nos interessa o processo de tomada de conhecimento íntimo. Isso porque tanto o observador quanto o contemplador possuem a mesma posição ao compreender o objeto como algo distante de si, analisando-o como objeto de estudo que pode ser examinado a partir da visão de mundo de quem o observa e contempla, enquanto aquele que faz uso da tomada de conhecimento íntimo tem postura receptiva, entende que aquele outro indivíduo não é externo a ele, não é um objeto e se ele não é um objeto, ele constrói e transmite algo em mim. Ou seja, trata-se da humanização do outro em um processo que precisa ser capturado na educação.

No que diz respeito à abordagem educacional, tendo como referência a tomada de conhecimento íntimo, o/a professor/a precisa fazer um trabalho de mapeamento do entorno da escola, compreender em que medida os/as alunos/as são afetados/as pela dinâmica local e adaptar o conteúdo levando em conta a formação social do indivíduo, isto é, utilizando o capital cultural do/a aluno/a.

O Currículo de Pernambuco destaca, portanto, a importância de contextualizar o ensino, promovendo uma educação que dialogue com a realidade dos/as estudantes e os desafios enfrentados em suas comunidades, aliados a temas transversais que auxiliam na formação cidadã (PERNAMBUCO, 2021). Assim, a Natureza aparece como um tema transversal no Currículo Educacional de Pernambuco, sendo aplicada a educação ambiental como uma das

dimensões do direito a um meio ambiente equilibrado e sustentável, sendo isto fundamental para assegurar a qualidade de vida das pessoas pertencentes a todas as classes sociais.

Isso ocorre porque, ao praticar jardinagem, participar de oficinas ecológicas ou estudar a biodiversidade presente nos parques ou em outros espaços verdes do espaço urbano, os indivíduos entram em contato direto com conceitos tais como os de: preservação ambiental, uso sustentável de recursos e responsabilidade coletiva pelo meio ambiente. Essas atividades concretizam a dimensão educacional do direito a um meio ambiente equilibrado, abordada no currículo, ao tornarem esses temas vivenciados e tangíveis.

No documento, ao enfatizar as questões ambientais, é essencial despertar nos alunos a consciência sobre a importância de manter relações harmoniosas entre a sociedade e a Natureza, promovendo a preservação da biodiversidade e das culturas (Pernambuco, 2021). Nesse sentido, a interdisciplinaridade é uma chave para essa efetivação, visto que uma das abordagens mais eficazes é o currículo interdisciplinar, que integra temas de cidadania, direitos humanos e política em diferentes disciplinas, como história, geografia, filosofia e sociologia.

Isso porque a abordagem interdisciplinar é crucial na educação para a justiça ambiental. Ao integrar temas de ecologia, economia, sociologia e direitos humanos em um currículo que reconheça a diversidade cultural dos/as alunos/as permite uma compreensão mais ampla das questões enfrentadas pelas comunidades. Essa integração enriquece o aprendizado e proporciona aos/as alunos/as as ferramentas necessárias para se tornarem cidadãos/ãs críticos/as e conscientes.

A educação ambiental oferece, portanto, uma oportunidade única para promover a autonomia nas comunidades, sobretudo em espaços verdes. Isso porque esses espaços não são apenas áreas de lazer, mas também centros de aprendizado ativo, onde as pessoas podem explorar e compreender as complexas relações entre o meio ambiente e as desigualdades sociais. Ao interagir com a Natureza e participar de atividades práticas, como cultivo comunitário e ações de preservação, os indivíduos adquirem habilidades que os capacitam a tomar decisões sobre seu ambiente.

Isso se dá porque a imersão na realidade permite o direcionamento das questões centrais as quais os indivíduos demandam com urgência na produção do próprio ambiente. Segundo Jacobi (2003), a produção de conhecimento deve incluir, obrigatoriamente, as interações entre o meio natural e o social. Isso implica analisar os fatores que influenciam esse processo: “o

papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental (Jacobi, 2003,p.191).

Assim, esses espaços podem auxiliar nesse processo, mas assim como já observado, as iniciativas pelo poder público que possibilitam essa articulação são quase inexistentes quando visualizamos os equipamentos públicos localizados próximos às comunidades como no caso do Parque Urbano da Macaxeira (PUM), no qual quase não há práticas nesse sentido que visem à educação ambiental, eventos culturais ou de lazer.

Contudo, se analisarmos o espaço da comunidade propriamente dita, as instituições de ensino, entidades governamentais e não governamentais podem oferecer, junto com os moradores, caminhos de aprimoramento de técnicas que embora simples, possam causar impactos significativos na realidade. Por exemplo, os espaços dos parques urbanos e jardins funcionam com locais de aproximação entre sociedade e instituições sejam públicas ou privadas e essa aproximação pode gerar mudanças na realidade das comunidades por meio de oficinas educativas como jardinagem, cultivo, horta e práticas que desenvolva a autonomia econômica, colocando em práticas diretrizes de sustentabilidade presentes nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Em especial as relacionadas com as ODS 4, educação de qualidade e 11, cidades e comunidades sustentáveis. Baseado no que foi construído junto com a população, os moradores podem adaptar as questões e os resultados na aplicação nas comunidades.

A promoção de hortas comunitárias ou jardins de iniciativa popular, aqui já exemplificado pelo Jardim Secreto, ilustra esse contexto, visto que os moradores locais se reúnem e colaboram para cultivar alimentos frescos, o que fortalece os laços comunitários e reduz a dependência de alimentos industrializados. Essas práticas incentivam o desenvolvimento das habilidades de planejamento, cultivo e organização comunitária, contribuindo para autonomia econômica e social.

Contudo, é preciso compreender que a inserção de práticas sustentáveis não estão isentas de lutas. Isso porque a falta de recursos financeiros, a ausência de políticas públicas que incentivem e fortaleçam esse processo, muitas vezes, dificultam o fortalecimento do sucesso dessas práticas. Entretanto, as comunidades são resilientes e com a organização de abordagem

participativa, sobretudo entre líderes comunitários e instituições se unem para formular soluções adaptadas às urgências locais, mesclando saberes científicos e populares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a cidade foi surgindo, a Natureza ganhou diversas finalidades, muitas delas relacionadas à mercantilização e ao controle do natural em uma perspectiva de embelezamento, a qual fragmentou a percepção entre a Natureza, passando esta a ser vista como símbolo estético e devastador. Aliada a esse aspecto, temos a emergência das mudanças climáticas que revela as contradições do espaço construído, revelando a segregação social e afetando o aproveitamento da cidade pelas populações marginalizadas.

Nesse contexto, os parques urbanos que surgem nesse contexto, muitas vezes, aparecem como instrumentos de valorização do entorno, estando localizados próximos às classes de maior poder aquisitivo, em lugares estratégicos para o mercado imobiliário. Entretanto, quando bem utilizados pelas comunidades em condições de vulnerabilidade, podem oferecer oportunidades valiosas para promover a inclusão social e a conscientização. Isso porque esses espaços se tornam fundamentais para a prática educativa, em virtude da disponibilidade de áreas verdes, potencializando oportunidades para atividades que conectam os cidadãos ao seu entorno. Entre tais atividades, citamos os mutirões de limpeza e plantios comunitários, promovendo não apenas a consciência ambiental, mas também um forte sentimento de pertencimento à comunidade e solidariedade.

Assim, o encontro entre educação e justiça ambiental revela-se indispensável diante dos impasses contemporâneos, das crescentes desigualdades socioeconômicas e dos impactos ambientais. A luta por justiça ambiental se torna, assim, uma extensão da luta por equidade social, visto que a degradação ambiental afeta desproporcionalmente as comunidades mais vulneráveis, as quais já enfrentam diversas formas de exclusão e opressão.

Nesse sentido, a educação ambiental assume papel crucial ao não apenas conscientizar sobre questões ecológicas, mas também ao promover uma compreensão profunda das relações sociais que perpetuam essas injustiças.

Neste contexto, a educação não deve ser vista apenas como um processo de transmissão de conhecimento, mas como instrumento de emancipação, capaz de formar cidadãos críticos, conscientes e engajados na luta por um mundo mais justo.

Os princípios da educação emancipatória, inspirados por Paulo Freire, enfatizam a importância de um aprendizado que vá além da sala de aula, promovendo a reflexão crítica sobre as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade. A justiça ambiental, por sua vez,

ressalta a necessidade de abordar as disparidades quanto ao acesso a recursos naturais e à proteção ambiental, especialmente entre as populações mais vulneráveis, que frequentemente enfrentam os maiores desafios em decorrência da degradação ambiental.

A participação social ativa a partir desses espaços fortalece os laços sociais e estimula a formação de uma identidade coletiva em torno da causa ambiental. A educação ambiental, nesse contexto, vai além da conscientização; ela promove a autonomia, capacitando as pessoas a se tornarem protagonistas dos seus destinos na busca por soluções para os problemas que enfrentam. Ao envolver as comunidades em processos de diálogo e reflexão, criamos um espaço onde as vozes dos cidadãos/as são ouvidas, permitindo-lhes tornar-se agentes de mudança das suas realidades.

Portanto, a integração da educação e da justiça ambiental, em parques ou em outros espaços verdes não só prepara as pessoas para o exercício como cidadãos informados, como também cultiva uma cultura de participação e responsabilidade social. Essa abordagem educativa é fundamental para a construção de sociedades efetivamente equitativas e sustentáveis, onde a transformação social se torna uma responsabilidade coletiva, iniciada pelo despertar da consciência crítica e pelo engajamento ativo de todas as pessoas na condição de cidadãos/ãs e não apenas de cidadãos/as.

6. REFERÊNCIAS

- BARTALINI, Vladimir. **Parques públicos municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação**. 1999. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Doi:10.11606/T.16.1999.tde-21032014-145505. Acesso em: 11 set. 2024.
- BRANDÃO, Zeca; CARVALHO, Luiz; CANUTO, Robson. **Parque Urbano da Macaxeira**. *Arquitetura Panamericana*, 2016. Disponível em: <https://arquiteturapanamericana.com/parque-urbano-da-macaxeira/>. Acesso em: 8 dez. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1989.
- BRASIL. **Decreto nº 50.877, de 29 de junho de 1961. Dispõe sobre o lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas do país, e dá outras providências**. Portal da Câmara dos Deputados.
- BRASIL. **Estatuto da cidade**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. (Série Legislação).
- BRASIL. **Resolução CONAMA n.º 303, de 20 de março de 2002**. Disponível em: https://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/legislacao/federal/resolucoes/2002_Res_CONAMA_303.pdf. Acesso 25 out. 2024.
- BRASIL. **Resolução CONAMA n.º 369/2006, 28 de março de 2006**. Disponível em: [Resolução CONAMA n.º 369 de 28/03/2006 - Federal - LegisWeb](#). Acesso 25 out. 2024
- BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- CASTILHO, Cláudio. **Territórios ribeirinhos em Recife-PE: a quem pertencem esses pedaços do espaço?**. *Casa da Geografia em Sobral*, v. 25, n. 1, p. 102-122, 2023.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Em defesa da educação pública, gratuita e democrática**. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2018.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **A pobreza como cartão postal**. Blog Direito à Redação, 28 mar. 2017. Disponível em:

<https://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2017/03/28/a-pobreza-como-cartao-postal/>. Acesso em: 10 out. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Recife é a segunda capital com mais desigualdade social**. 2024. Disponível em:

<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2024/03/recife-e-a-segunda-capital-com-mais-desigualdade-social.html>. Acesso em: 08 out. 2024.

FEITOSA, Lívia;, et al. Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe. In: Análise do uso e ocupação do solo na Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe: implicações para a gestão dos recursos hídricos. ResearchGate, 2018. Disponível em:

https://www.researchgate.net/figure/Figura-01-Mapa-da-Bacia-Hidrografica-do-Rio-Capibaribe_fig1_322855905. Acesso em: 24 jun. 2024

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GUIMARÃES, Solange. **Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental**. *Geosul*, v. 14, n.

2, p. 123-134, jul. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13971>. Acesso em: 04 out. 2024.

GUIMARÃES, Virgínia. **Justiça ambiental no Direito Brasileiro: fundamentos constitucionais para combater as desigualdades e discriminações ambientais.** *Revista Teoria Jurídica Contemporânea*, v. 3, n. 1, p. 36-63, jun. 2018. Disponível em:

<https://www.jur.puc-rio.br/wp-content/uploads/2023/08/Texto-6.pdf>. Acesso em: 04 out. 2024

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, março/ 2003.

JACOBI, Pedro Roberto. **Meio ambiente e sustentabilidade.** O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM, 1999. Acesso em: 11 set. 2024.

JARDIM SECRETO DO POÇO. **Acesso ao Jardim Secreto do Poço, atividades realizadas em espaços verdes urbanos.** *Instagram*, 16 mar. 2023. Disponível em:

https://www.instagram.com/jardimsecretodopoco/p/CpyVlchOK2i/?img_index=1. Acesso em: 4 out. 2024.

KANT, I. Resposta à pergunta: que é “Esclarecimento”? *In: _____*. *Textos seletos* Tradução de Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100-117.

MARIZ, Ketheryne. **Parque Urbano da Macaxeira é território de insegurança.** *Diário de Pernambuco* (online), Pernambuco, 26 fev. 2016. Disponível em:

<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2016/02/parque-urbano-da-macaxeira-esta-em-obras-sem-iluminacao-e-seguranca-p.html>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MORAES, Manoel. **A fábrica de tecidos da Macaxeira e a vila dos operários: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960).** 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MOREIRA, K. S.; JUNQUEIRA JÚNIOR, J. A.; SOUSA, P. E. de O.; MOREIRA, H. S.; BALIZA, D. P. **The evolution of environmental legislation in the Brazilian historical context.** *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e14010212087, 2021.

DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12087. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12087>. Acesso em: 6 set. 2024.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Currículo de Pernambuco do Ensino Médio: 2021**. Disponível em: Ensino Médio – SEE (educacao.pe.gov.br). Acesso em: 18 out. 2024.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SAKATA, Francine. **Parques urbanos no Brasil 2000-2017**. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1997.

SAMPAIO, SAMPAIO, MAGALHAES. **Questões jurídicas relevantes na gestão de parques urbanos no Brasil: panorama geral e estudo de caso do Parque do Flamengo**. Rio de Janeiro: Revista de Direito Administrativo, 2016.

SCOCUGLIA, J. B. C. O. **Parc de La Tête d’Or: patrimônio, referência espacial e lugar de sociabilidade**. *Arquitextos*, São Paulo, Vitruvius, 2009. Disponível em:

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10,113/20>. Acesso em: 24 jun. 2022.

SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1996.

SILVA, F. N. F. da; SILVA, J. J. **Impactos das políticas públicas de requalificação em áreas ribeirinhas: reflexão sobre o uso do território na cidade capitalista**. *Revista Foco*, v. 17, n. 7, e5605, 2024. Disponível em:

<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5605>. Acesso em: 4 out. 2024.

SOUSA, Alberto. **O Mocambo e a favela – Recife 1920-1990**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

SUCESSO DE PÚBLICO. **Parque das Graças tem menos mangue do que no projeto original**. *Marco Zero*, 28 set. 2023. Disponível em:

<https://marcozero.org/sucesso-de-publico-parque-das-gracas-tem-menos-mangue-do-que-no-projeto-original/>. Acesso em: 4 out. 2024.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Editora Difel, 1980.